

Questão Christie: Investigando Nacionalismo e suas Implicações no Brasil do Segundo Reinado

Christie Affair: Investigating Nationalism and its Implications in Brazil during the Second Reign

Cuestión Christie: Investigando el Nacionalismo y sus Implicaciones en Brasil durante el Segundo Reinado

Felipe Oliveira¹
Natalye Matos Cezar²
Paulo Leal Vita³

Recebido em: 17 de janeiro de 2024

Aprovado em: 15 de maio de 2024

RESUMO: Durante o século XIX, as relações diplomáticas entre o Brasil e a Inglaterra tornaram-se mais complexas, refletindo mudanças nos interesses de ambos os países. Este estudo investiga como as influências coloniais e econômicas moldaram o nacionalismo brasileiro nesse período e sua ligação com a imprensa, especialmente durante o incidente diplomático conhecido como a “Questão Christie”. Argumenta-se que o nacionalismo no Brasil surgiu como resposta a fatores políticos, econômicos e sociais, bem como à busca por uma identidade internacional. Um aspecto crucial desta análise é a relação entre o nacionalismo e a imprensa. Na época, tavernas e praças eram locais comuns para a leitura coletiva de jornais e caricaturas, o que amplificava as vozes críticas e desempenhava um papel importante na formação da opinião pública. Utilizando uma

metodologia que analisa fontes primárias, como trechos de jornais da época, caricaturas da “Semana Ilustrada” de 1863 e as Atas do Conselho Estadual Pleno, o estudo elucida o impacto da imprensa na formação e mobilização do discurso nacionalista. A imprensa não apenas refletiu, mas também intensificou os sentimentos nacionalistas, especialmente nas críticas ao diplomata britânico William Christie.

Palavras-Chave: Política externa brasileira; Inglaterra; nacionalismo; imprensa; Brasil; Questão Christie.

ABSTRACT: During the XIX century, the diplomatic relations between Brazil and England became more complex, reflecting changes in the interests of both countries. This study investigates how colonial and economic influences shaped Bra-

1. Graduando em Relações Internacionais em jan/2024 pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS. E-mail: 0806.felipe@gmail.com.

2. Graduanda em Relações Internacionais em jan/2024 pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS. E-mail: naty17051997@gmail.com.

3. Graduando em Relações Internacionais em jan/2024 pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS. E-mail: pauloleallv@gmail.com.

zilian nationalism in this period and its connection with the press, especially during the diplomatic incident known as “Christie Affair”. It is argued that nationalism in Brazil emerged as a response to political, economic and social factors, as well as the search for an international identity. A crucial aspect of this analysis is the relationship between nationalism and the press. At the time, taverns and squares were common places for the collective reading of newspapers and cartoons, which amplified critical voices and played an important role in shaping public opinion. Using a methodology that analyzes primary sources, such as excerpts from newspapers of the time, caricatures from the 1863 “Semana Ilustrada” and the Minutes of the Plenary State Council, the study elucidates the impact of the press on the formation and mobilization of a nationalist discourse. The press not only reflected, but also intensified nationalist sentiments, especially in its criticism of British diplomat William Christie.

Keywords: Brazilian foreign policy; England; Nationalism; Press; Christie Question.

RESUMEN: Durante el siglo XIX, las relaciones diplomáticas entre Brasil e Inglaterra se volvieron más complejas, reflejando cambios en los intereses

de ambos países. Este estudio investiga cómo las influencias coloniales y económicas moldearon el nacionalismo brasileño en este período y su conexión con la prensa, especialmente durante el incidente diplomático conocido como la “Cuestión Christie”. Se argumenta que el nacionalismo en Brasil surgió como respuesta a factores políticos, económicos y sociales, así como a la búsqueda de una identidad internacional. Un aspecto crucial de este análisis es la relación entre el nacionalismo y la prensa. En aquella época, las tabernas y plazas eran lugares comunes para la lectura colectiva de periódicos y caricaturas, lo que amplificaba las voces críticas y desempeñaba un papel importante en la formación de la opinión pública. Utilizando una metodología que analiza fuentes primarias, como extractos de periódicos de la época, caricaturas de la “Semana Ilustrada” de 1863 y las Actas del Consejo Estatal Pleno, el estudio aclara el impacto de la prensa en la formación y movilización del discurso nacionalista. La prensa no solo reflejaba, sino que también intensificaba los sentimientos nacionalistas, especialmente en las críticas al diplomático británico William Christie.

Palabras clave: Política exterior brasileña; Inglaterra; nacionalismo; prensa; Brasil; Cuestión Christie

1. INTRODUÇÃO

A questão Christie representa um dos episódios mais marcantes em termos de política externa durante toda a história das relações exteriores do Brasil. Se faz compreensível o despertar de interesse que causa em qualquer estudioso ao deparar-se com um rompimento de relações diplomáticas de uma nação independente e localizada na periferia do sistema com um dos maiores impérios ultramarinos que a humanidade já testemunhou.

Como poderia um país do escalão ex-colonial como o Brasil sustentar uma posição de força contra um adversário tão imponente como a Inglaterra? Esse artigo busca compreender o contexto das relações entre os dois estados, examinar como o nacionalismo disseminado de forma virulenta durante essa crise diplomática se deu e em que ele se fundamenta e busca acima de tudo examinar em fontes primárias a forma como se deu esse discurso nacionalista. Em suma, o artigo busca mostrar como foi esse momento cru-

cial da política externa brasileira, explorando a identidade do país em um contexto global sob a perspectiva do nacionalismo.

O presente trabalho adota uma abordagem metodológica que se baseia na análise de fontes primárias, especificamente excertos de jornais da época, selecionados conforme o recorte temporal e a menção ao termo “questão Christie”. Foram analisadas caricaturas e desenhos publicados na revista “Semana Ilustrada” de 1863, produzidos por Henrique Fleiuss. Esses materiais foram escolhidos devido à sua popularidade e ampla difusão na mídia da época, o que os torna representativos para o estudo do impacto da imprensa na formação do discurso nacionalista durante a questão. A seleção das fontes primárias nos jornais justifica-se pela influência significativa que esses veículos de comunicação exerceram na intensificação e propagação do nacionalismo virulento (Bieber, 2023) associado ao incidente. Durante o Segundo Reinado, os jornais tornaram-se espaços permeáveis a uma participação pública ampliada, além dos costumeiros juristas, permitindo assim a manifestação de diversos setores da sociedade através desse meio (Arquivo Nacional, 2023).

Adicionalmente, a seleção de fontes concentrou-se em fontes como as Atas do Conselho Estadual Pleno – órgão que na época atuou como um influente quinto poder, consultando, preparando e esclarecendo propostas de lei para a Assembleia Geral. As Atas do Conselho revelaram-se inestimáveis para esclarecer as escolhas diplomáticas feitas pelo governo brasileiro em resposta à Questão Christie. Através destes registros oficiais, obtiveram-se informações cruciais sobre as discussões e táticas utilizadas, permitindo uma análise mais precisa da progressão e resolução do conflito.

Ao combinar fontes primárias com fontes secundárias que oferecem informação contextual, foi alcançada uma compreensão mais precisa do conflito e das suas consequências históricas. Além disso, fontes secundárias desempenharam um papel primordial ao esclarecer o envolvimento da mídia na reportagem dos fatores que levaram à Questão Christie e às discussões em torno do nacionalismo dentro da burguesia brasileira.

2. CONTEXTO HISTÓRICO

O Brasil no século XIX passou por três fases distintas em sua política externa e relações com a Inglaterra. A partir do fim da Guerra do Paraguai é possível observar uma abordagem mais proativa e

focada na proteção da soberania e integridade territorial do Brasil, incluindo a busca por expansão territorial e a defesa da região amazônica. A relação com a Inglaterra também evoluiu ao longo desse período, desde a influência na Lei de 1831 para acabar com o tráfico de escravos até o conflito de interesses comerciais que levou à criação da Tarifa Alves Branco e ao consequente “Bill Aberdeen”. Esses eventos e transformações históricas tiveram um profundo impacto nas relações internacionais do Brasil durante o século XIX.

2.1 Política externa brasileira e política regional

A política externa brasileira no século XIX pode ser dividida em três momentos distintos. O primeiro período, de 1822 até meados da década de 1840, seguiu os interesses de Portugal, refletindo uma influência contínua da antiga potência colonial. O segundo período, a partir da década de 1850, durou cerca de uma década e enfrentou uma crise na condução da política externa brasileira. A ausência de diretrizes claras e liderança ideológica gerou incertezas nas relações diplomáticas e nos objetivos internacionais do país. O terceiro período, abrangendo até o fim da Guerra do Paraguai, foi marcado por uma postura mais ativa na política externa. O Brasil buscou proteger sua soberania e integridade territorial, expandindo-se territorialmente e defendendo a região amazônica. A participação em conflitos regionais, como a Guerra do Paraguai, teve impacto significativo nas relações diplomáticas com outras nações sul-americanas (Baldan, 2016).

Durante o Segundo Reinado no Brasil, houve mudanças notáveis na política externa, destacando-se a ênfase na diplomacia econômica, expansão do crédito externo e abertura de mercados. Isso proporcionou a base para o crescimento econômico nacional e a importância do Estado brasileiro. O país aspirava a liderar na América do Sul, participando de conferências e negociações para fortalecer sua influência e forjar alianças. No entanto, as tensões com a Inglaterra surgiram devido aos esforços britânicos para influenciar o Brasil como parte de sua zona de influência. O Império do Brasil adotou políticas para resolver disputas internacionais, incluindo a abolição do juiz conservador da nação inglesa, protestos contra a Lei Aberdeen, a Questão Christie, o rompimento e posterior reatamento das relações diplomáticas com a Inglaterra, ilustrando as complexas dinâmicas nas relações diplomáticas do Brasil do século XIX (Raja Gabaglia, 2012).

2.2 *Relação Brasil e Inglaterra*

Na primeira metade do século XIX, a Inglaterra tinha forte motivação para encerrar o tráfico de escravos no Brasil, pois o Brasil era seu principal fornecedor de mão de obra escrava, desequilibrando o comércio. A Lei de 1831, influenciada pelos britânicos e baseada na Convenção Anglo-brasileira de 1826, transformou o tráfico de escravos em pirataria por até três anos, efetivada em 1827. Apelidada de “Lei Feijó-Barbacena”, foi a primeira lei brasileira a proibir a entrada de novos escravos, representando uma conquista diplomática britânica em busca de novos mercados e interesses econômicos (Carvalho, 2012).

No período regencial brasileiro, surgiu uma questão com a Inglaterra sobre importações. O déficit comercial e problemas financeiros levaram o Ministro das Finanças, Manuel Alves Branco, a propor a Tarifa Alves Branco. Essa política substituiu a tarifa única de 15% por taxas variáveis de 2% a 60% para diferentes produtos importados. O objetivo era aumentar a receita estatal e incentivar a indústria local. No entanto, a abordagem tinha mais foco na arrecadação fiscal do que no desenvolvimento industrial, priorizando as necessidades fiscais sobre o crescimento da indústria. A pressão por essa política foi motivada principalmente por questões financeiras, não por uma estratégia deliberada de impulsionar a industrialização (Barbosa, 2014).

A implementação da Tarifa Alves Branco marcou uma mudança nas relações comerciais entre Brasil e Inglaterra. Antes, as tarifas inglesas sobre produtos brasileiros eram baixas, enquanto as tarifas brasileiras sobre produtos ingleses eram maiores. A Tarifa Alves Branco aumentou as taxas sobre produtos britânicos, levando a atritos bilaterais. Em retaliação, a Inglaterra introduziu o “Bill Aberdeen” em 1845, permitindo rastrear navios negreiros em portos brasileiros, causando tensões diplomáticas. O Brasil protestou, alegando que a lei extrapolava o acordo de 1826 e representava intromissão. Isso levou a repercussões diplomáticas e à percepção internacional do Brasil como estado pirata. O ministro brasileiro, Antônio Paulino Limpo de Abreu, protestou e buscou apoio internacional por meio de embaixadas (Carvalho, 2014; Reis, 2020).

2.3 A Questão Christie (1862-1865)

Após conflitos envolvendo o Império Brasileiro e a Inglaterra sobre o tráfico de escravos, surgiu a Questão Christie, originada em um saque de um navio britânico na costa do Rio Grande do Sul e um incidente com três oficiais britânicos bêbados no Rio de Janeiro.

Em junho de 1861, o navio britânico *Prince of Wales* encalhou perto do farol do Albardão, no Rio Grande do Sul, transportando diversas mercadorias, incluindo carvão, louças, lençóis e produtos portugueses. O naufrágio resultou na descoberta de itens espalhados na região, caixas vazias, um barco danificado e anotações sobre salários e carga. Dez corpos sem pertences foram encontrados, levantando suspeitas sobre o ocorrido, e seis deles foram enterrados localmente. O cônsul britânico suspeitou de roubo das cargas, desencadeando uma complexa dinâmica entre autoridades locais e representantes diplomáticos britânicos, contribuindo para uma situação tensa e posterior conflito diplomático (Sinésio, 2013).

Em 17 de junho de 1862, ocorreu um incidente envolvendo três oficiais da marinha britânica na Tijuca, Rio de Janeiro. Os oficiais, pertencentes à tripulação do navio *HSM Fort*, entraram em confronto com policiais brasileiros e foram detidos. No entanto, a intervenção de um almirante britânico levou à libertação dos oficiais sem a instauração de um inquérito formal. Posteriormente, Lorde Russell, chefe do Foreign Office britânico, instruiu o embaixador britânico, William Dougal Christie, a resolver tanto o incidente da prisão dos oficiais quanto o caso do naufrágio do navio *Prince of Wales*. Christie viu nesses eventos uma oportunidade para pressionar o governo brasileiro a aceitar um tratado de comércio de estilo colonial. Ele exigiu desculpas formais pela prisão dos oficiais e lançou um ultimato com várias demandas específicas, incluindo a punição do policial envolvido, indenização pelo roubo de itens do navio *Prince of Wales* e uma satisfação diplomática pelo ocorrido. O marquês de Abrantes, representante do governo brasileiro, contestou as acusações britânicas, destacando a demora do sistema judicial brasileiro e argumentando que onze suspeitos haviam sido processados, embora nem todos tivessem sido detidos. Ele também questionou as alegações britânicas sobre o impacto da presença naval na região. Essa troca de argumentos resultou em crescentes tensões, com Christie buscando medidas rigorosas e respostas efetivas do governo brasileiro, enquanto Abrantes defendia

a integridade do sistema de justiça brasileiro. A situação provocou protestos na população carioca, ameaçando propriedades, incluindo o consulado e a embaixada britânica, após o bloqueio do porto à bandeira brasileira pela frota britânica liderada pelo vice-almirante Richard Laird Warren (Sinésio, 2013; CEL et al., [s.d.]).

Após consultar o Conselho de Estado, Dom Pedro II expressou sua indignação publicamente diante da crise e preferiu abdicar do trono a se humilhar perante estrangeiros. O embaixador Christie propôs resolver os conflitos por meio da arbitragem, e o Brasil concordou em indenizar o roubo dos caixões do naufrágio do navio Prince of Wales. No caso da prisão dos oficiais, o Brasil aceitou a arbitragem, e o rei Leopoldo I da Bélgica concedeu ganho de causa ao Brasil em 1863, destacando a obrigação britânica de oferecer uma satisfação plena, mas as medidas necessárias não foram efetivamente tomadas (Youssef, 2018; Rocha, 2019).

Figura 1 - Questão Christie por Victor Meirelles (1867)



Fonte: Blog O Diário Imperial⁴.

Diante dessa recusa da Inglaterra em aceitar o veredicto arbitral, Dom Pedro II respondeu com determinação. No ano de 1863, o imperador brasileiro optou pelo rompimento das relações diplomáticas com a Inglaterra como forma de expressar seu descontenten-

4. Disponível em: <<http://odiarioimperial.blogspot.com/2016/12/especial-dom-pedro-ii-popularidade.html>>. Acesso em 04 de junho de 2024.

tamento com a situação. Somente em 1865, sob a mediação do rei Dom Luiz de Portugal, que compartilhava a linhagem da família Orléans e Bragança à qual Dom Pedro II pertencia, as nações encontraram um caminho para a reconciliação. Foi nesse contexto que Edward Thornton, o representante britânico, formalmente apresentou um pedido de desculpas pelo incidente, marcando o início do processo de restabelecimento das relações entre as nações (Youssef, 2018; CEL et al., [s.d.]). O imperador D. Pedro II ouviu o Conselho de Estado em 31 de maio de 1865 sobre o assunto, a conveniência do restabelecimento e se ele afetava a dignidade nacional. O voto mais importante foi dado pelo Marquês de Abrantes, que era ministro quando se verificou o rompimento. O Conselheiro votou negativamente, pois achou insatisfatório o acordo proposto. Entretanto, o voto que se impôs foi o de Pimenta Bueno, que analisou eruditamente os vários aspectos da questão. Ele foi a favor da proposta, assim como a maioria do Conselho. O Imperador estava, portanto, com uma boa base para restabelecer relações com a Inglaterra, o que explica o seu entendimento com o diplomata que o procurou pouco depois em Uruguaiana, e também foi um momento crucial, que ocorreu em 23 de setembro de 1865, com a efetiva mediação do governo português. (Iglésias, [s.d.]).

É interessante observar que durante o desenvolvimento desse conflito, houve um notável empenho do Estado brasileiro em influenciar e fomentar o sentimento nacionalista na cultura política do país. A promoção da literatura nacionalista desempenhou um papel proeminente na construção da identidade brasileira no período destacado por Calógeras (Sinésio, 2013). Isso incluiu a produção de obras “indianistas” e épicas para criar um passado compartilhado e glorioso para a nação. O Estado apoiou intelectuais na busca por documentos e arquivos históricos, e o discurso oficial legitimou uma comunidade de homens livres, identificando-os como membros de uma sociedade civilizada liderada pelas classes dominantes. O imperador também incentivou concursos literários para enaltecer a pátria e promover o sentimento nacionalista, criando condições para uma identidade cultural unificada.

3. O NACIONALISMO

Conforme as observações do sociólogo Ernest Gellner (2006), o nacionalismo pode ser definido como um princípio político que

pressupõe a necessidade de alinhamento entre a unidade política e a unidade nacional. Em outras palavras, o nacionalismo é uma teoria que busca estabelecer legitimidade política, que exige que as fronteiras étnicas não devam cruzar as fronteiras políticas e, em particular, que as fronteiras étnicas dentro de um determinado estado não devem separar os detentores do poder do restante. Já no contexto da discussão sobre a gênese do discurso nacionalista, Gellner (2006, p. 5) salienta o seguinte:

O estado constitui em si, a variável necessária para a mobilização e empreendimento do nacionalismo. A existência de unidades politicamente centralizadas e de um clima moral-político no qual tais unidades centralizadas são consideradas como garantidas e tratadas como normativas, é uma condição necessária, embora não seja de forma alguma suficiente para o nacionalismo.

Neste trecho, enfatiza-se o papel fundamental do estado na facilitação do nacionalismo, observando que a presença de unidades políticas centralizadas e a aceitação normativa delas desempenham um papel vital na promoção e empreendimento desse fenômeno.

Outro teórico muito influente no estudo no nacionalismo é Florian Bieber, que propõe a seguinte definição para o objeto de estudo:

Uma ideologia maleável que valoriza mais a identidade nacional do que outras identidades como gênero, ideologia política, grupo socioeconômico, região. O nacionalismo busca diferenciar uma nação de outras, preservá-la e priorizar a representação política por meio da identidade nacional. (Bieber. 2020. P. 22)

Ao retratar o nacionalismo como uma “ideologia maleável,” a definição reconhece a natureza mutável e adaptável das crenças nacionalistas, que podem variar conforme contextos históricos e culturais. A ênfase na valorização da identidade nacional em detrimento de outras identidades aponta para a primazia dada à nação como uma força unificadora. Além disso, é importante apontar que Bieber sustenta o autogoverno político como um ingrediente essencial conforme, uma vez que é através da agência central que se opera o nacionalismo e o seu conjunto de crenças e valores normativos que fazem dele uma ideologia.

O nacionalismo, pode ser dividido em latente ou virulento (Bieber, 2020): o latente é onipresente e às vezes de difícil percepção. Já o virulento, que é o que melhor descreve o objeto desse estudo, a onda de nacionalismo durante a questão Christie, pode ser

mais facilmente observado nas manchetes e descrito como violento, agressivo ou até como uma “onda” propriamente dita. Esse tipo de nacionalismo baseia-se no latente argumentando-se que pode ser mobilizado em revoluções – como historicamente foi, contra o Antigo Regime por exemplo – ou mais frequentemente por meio do conflito, guerras e da violência em massa e xenofobia contra vizinhos e determinados governos (Bieber, 2020). Esse nacionalismo busca rejeitar o status quo e reiterar a vontade coletiva imaginada sobre um espaço político ou cultural, em outros termos, representam uma territorialização desse espaço.

Contudo, é importante ressaltar que embora o nacionalismo possa ser uma característica perene de determinadas sociedades e o seu nível de exclusão possa variar, isso, por si só, não desencadeia uma dominância do discurso político por parte da onda virulenta. Para que isso ocorra é necessária uma conjuntura decisiva, um momento específico de crise (Bieber, 2020). Assim sendo, o nacionalismo virulento pode ser bem mais entendido como uma resposta a choques internos ou exógenos sofridos por um sistema existente, podendo ser econômicos, ideológicos, institucionais, sociais ou até diplomáticos como é o caso da questão Christie.

Hobsbawm (2012), se fazendo presente na discussão do nacionalismo sustenta em seu trabalho seminal – “Nações e Nacionalismo desde 1780” – que essa busca de legitimidade política traz consigo implicações no sentido jurídico-formal e na estrutura social. A hierarquia social que antes prevalecia começou a ser questionada e gradualmente se desintegrou. Desse modo, esse movimento levou a uma segregação cada vez maior, tanto no acesso quanto na participação política, enquanto a sociedade lutava para encontrar uma nova ordem (Hobsbawm, 2012).

O autor estabelece que a proposta de horizontalidade social, advinda das revoluções liberais, trouxe um problema fundamental: o que impediria as classes sociais de reorganizar ou desarticular o sistema jurídico-formal recentemente consolidado? Neste contexto, o patriotismo e o nacionalismo surgiram como forças que poderiam proporcionar a necessária estabilidade e promover a coesão social.

Além disso, uma nova identidade política começou a se desenvolver. Essa identidade política foi concebida como uma articulação horizontal e igualitária do exercício do poder. Ao explorar os sentimentos e emoções já presentes no contexto social mas ainda não organizados, esta identidade política procurava consolidar uma

nova ordem baseada nos princípios da igualdade e da participação ativa da população.

Essas transformações revolucionárias na Revolução Industrial e no contexto político do período moldaram o caminho para a modernidade e lançaram as bases para a sociedade contemporânea que conhecemos hoje projetando respingos no espaço colonial português, isto é, na distante periferia latino americana. Desse modo, provocando a faísca do nacionalismo brasileiro.

3.1 A construção do nacionalismo Brasileiro

A análise da construção do nacionalismo brasileiro requer uma perspectiva diferenciada, uma vez que se distancia do processo mais comum pelo qual o Estado emerge como uma união entre soberania e cultura. No contexto brasileiro, ocorre uma inversão desse padrão, no qual a cultura “brasileira” emerge como uma ligação entre soberania e Estado.

Nesse cenário, o indivíduo não busca a participação na unidade político-administrativa como ocorre na França, o movimento inverso ocorre com a imposição de sua participação. Notavelmente, a vontade de ser parte de uma entidade político-cultural homogênea, característica central do nacionalismo, não se constitui como um elemento primordial na configuração do nacionalismo brasileiro em sua forma original (Paula, 2016).

Assim, a mais importante característica a ser levada em conta na análise do desenvolvimento do nacionalismo brasileiro é a estrutura colonial e seus constrangimentos impostos à adesão da movimentação revolucionária que assola a Europa. Em outras palavras, ocorre no caso brasileiro a adaptação do nacionalismo para a sua realidade em consonância da necessidade da sociedade hierárquico-coercitiva de legitimar-se (Sodré, 1960).

A Revolução Industrial gerou a necessidade de mudança no cenário brasileiro da época, exigindo a ruptura com o sistema comercial que sustentava a dependência colonial da metrópole. Naquele período, toda a produção colonial estava voltada para o mercado da metrópole. Ademais, o século XVIII marcou uma transição econômica significativa para o Brasil, inaugurada pela atividade mineradora do ouro. Na região mineradora, não houve uma colaboração similar entre a classe dominante e a coroa, uma vez que a coroa assumiu o controle direto sobre a produção e a transformação em

valor. Isso contrasta com o ciclo açucareiro, no qual pelo menos a produção pertencia ao senhor territorial, enquanto a circulação estava a cargo da metrópole. Gerando como consequência sucessivos motins que culminaram na inconfidência mineira (Sodré, 1960).

No final do século XVIII, a expansão territorial ocorreu, formando uma base crucial para nossa atual força. Os limites estabelecidos pelo Tratado de Madrid aproximam-se dos limites geográficos do Brasil atual. No entanto, a ocupação do território foi desigual, com áreas econômicas limitadas. Essa população estava dividida entre os senhores de terra e escravos, a classe dominante, e as pessoas livres que não dependiam da exploração do trabalho alheio (Sodré, 1960). Esses últimos, por sua natureza assalariada representavam uma camada social instável e sem influência política, residindo principalmente em vilas e cidades. Porém, essa parcela da população formava grande parte dos quadros administrativos, que se envolviam em conspirações e revoltas. Entretanto, as mudanças nesse cenário ocorreram somente quando ocorreu um desequilíbrio nos interesses da classe dominante e da metrópole (Sodré, 1960).

Na sequência, a Revolução Industrial impulsionou o aumento significativo na produção de mercadorias, demandando a abertura de novos mercados. É durante a invasão napoleônica à Península Ibérica e a subsequente queda das cortes metropolitanas que reformas são aplicadas na colônia, favorecendo os interesses britânicos de quebrar o monopólio comercial e estabelecer trocas diretas. Essa mudança resultou na dissociação das elites coloniais das classes dirigentes da metrópole, aproximando-as da burguesia europeia e fomentando o desejo de independência local (Sodré, 1960).

Sodré (1960) postula que a falta de uma identidade coesa de “povo” no Brasil tornou sua sorte uma questão suscetível à decisão da classe dominante, composta por senhores de terra e escravos, que eventualmente adotaram a ideia de emancipação. Nesse contexto, a emancipação estaria restrita aos interesses da classe dominante, a única detentora de poder suficiente para empreender uma luta.

Essa perspectiva se alinha com a concepção de Gellner (2006), que afirma que uma “mera categoria de pessoas” se torna uma nação quando seus membros reconhecem firmemente certos direitos e deveres mútuos, derivados de sua participação compartilhada nessa categoria. O processo de independência no Brasil testemunha esse processo, à medida que a classe dominante busca estabelecer uma

nova ordem. A monarquia, inicialmente representante da classe dominante, proporcionou uma saída conveniente da condição colonial, buscando manter a estrutura pré-existente. No entanto, à medida que o Brasil passou por mudanças significativas, o regime monárquico revelou-se incompatível com os novos rumos. Eventualmente, novas ideias emergiram na sociedade, atraindo elementos inovadores e por mais que a força das antigas estruturas ainda perdurasse a transformação se tornava inevitável (Sodré, 1960).

3.2 A sociedade agro-letrada

A discussão que segue visa explorar o aporte teórico da “sociedade agro-letrada” de Gellner (2000), que apresenta uma caracterização distinta das sociedades baseadas na agricultura e na estabilidade tecnológica. A escolha desse enquadramento teórico se justifica pela notável similaridade entre as características da sociedade agro-letrada e a estrutura colonial brasileira que ressoa da independência brasileira até a proclamação da república.

A sociedade agro-letrada, primeiramente, repousa sobre as bases da agricultura, abarcando a produção e o armazenamento de alimentos, enquanto mantém uma trajetória tecnológica notavelmente constante, caracterizada por uma ausência de avanços contínuos de descobertas e inovações que influenciam a produção. Além disso, para os indivíduos pertencentes à sociedade agro-letrada, a posição hierárquica desempenha um papel preponderante. A nobreza, por exemplo, é associada à vocação militar e ao status elevado. Assim, a estabilidade tecnológica resulta em uma oferta de alimentos menos volátil, com um limite claro estabelecido para a produção, permitindo que os excedentes sejam alocados para a coerção e a manutenção da hierarquia social.

Segundo Gellner (2000), no contexto da sociedade agro-letrada, o termo “nação”, se é que é empregado, tende a se referir mais a um agrupamento corporativo flexível - a aristocracia politicamente emancipada de um determinado território, aqueles que se comprometem com a participação política - do que à soma completa dos membros de uma cultura. O termo denota uma categoria política, não cultural, de indivíduos. Nesse tipo de sociedade, as unidades políticas têm uma propensão marcante a serem de tamanho diferente das unidades culturais. Assim, as hierarquias políticas e as redes culturais não estão ligadas e conectadas por meio do que po-

deríamos chamar de “nacionalidade”, descrevendo o caso brasileiro por exemplo.

O que se observa em comum entre o modelo agro-letrado e a estrutura fundiária colonial brasileira é a falta de uma mobilização de massa como a ocorrida nos casos europeus durante as convulsões sociais revolucionárias. Na verdade, evidencia-se um projeto claro das elites coloniais em reiterar e conservar sua posição e cargos de poder com o processo da independência brasileira.

A análise da formação do nacionalismo brasileiro à luz do conceito de sociedade agro-letrada de Gellner destaca uma notável correspondência entre as bases coloniais do Brasil e os pilares fundamentais deste conceito. A construção do nacionalismo brasileiro se encaixa de maneira coerente na estrutura da sociedade agro-letrada, uma vez que a ênfase na agricultura e a valorização da hierarquia e nobreza na sociedade colonial brasileira espelham a importância da posição hierárquica como catalisadora de um movimento independentista. Dessa forma, os princípios da sociedade agro-letrada se refletem no nacionalismo brasileiro, reforçando a compreensão de Gellner sobre a interligação entre contexto agrícola, dinâmica de poder e evolução do nacionalismo.

4. O PAPEL DA IMPRENSA

A herança da profunda dependência econômica da Inglaterra cultivada por Portugal resultou, além da proeminência da Inglaterra na economia do Brasil, em uma certa hostilidade dos brasileiros em relação aos súditos ingleses (Manchester, 1973). As pressões inglesas pelo fim do tráfico negreiro e pelos tratados comerciais desgastaram cada vez mais suas relações com o Brasil, e a eventual chegada do diplomata inglês, William Christie, tornaram ainda mais frequentes os conflitos entre as duas nações, e, conseqüentemente, mais frequentes as críticas à Inglaterra entre a população, e através dos jornais (Graham, 1973).

A década de 1860 viu um aumento significativo nas relações diplomáticas e comerciais do Brasil com o mundo, principalmente com a Europa. O governo imperial brasileiro sabia da importância da opinião pública internacional, especialmente nos círculos políticos e econômicos europeus, então usou a imprensa como uma ferramenta estratégica para manipular e moldar essa opinião. O Brasil buscava simpatia e reconhecimento internacional com um

imperador europeu e uma imagem de modernização e civilização (Ré, 2019). A imprensa durante esse período foi mais do que apenas informar; ao contrário, foi ativa e estratégica na formação e direcionamento das opiniões da sociedade sobre assuntos políticos e diplomáticos, contribuindo para a consolidação da identidade nacional e defendendo os interesses do Brasil (Ré, 2019).

4.1 A percepção da Questão Christie pelos meios de comunicação

A dissonância entre Christie e a imprensa brasileira foi fulcral para o desgaste de sua imagem. Neste período, as tavernas e praças eram palco para a leitura coletiva dos jornais e panfletos, e, assim, suas denúncias eram ainda mais difundidas e debatidas, contribuindo para o detrimento da imagem da Inglaterra e de seu diplomata na opinião pública (Cruz, 2014). William Christie inaugurou sua participação na imprensa brasileira após sua primeira reunião com o governo imperial, na qual o diplomata se vestiu de maneira considerada deselegante, e foi criticado por isso no *Jornal do Commercio*, em uma crônica. A reação do diplomata foi extremamente negativa, e o mesmo solicitou ao Ministro do Estrangeiro, o conselheiro Sinimbu, a exigência de uma retratação do jornal (Mendonça, 2006).

Dessa forma, a relação conturbada entre Christie e a imprensa brasileira foi sendo desenhada, e, em conjunto às críticas à Inglaterra e seus súditos, as manifestações de caráter nacionalista passaram a ser cada vez mais relevantes, uma vez que serviam como contraste ao descontentamento com as nações aliadas. Um exemplo claro encontra-se na publicação de 7 de maio de 1862, do jornal *A Actualidade*, na qual a atitude dos oficiais da marinha britânica, presos após cometerem descatos na Tijuca, foi criticada, assim como a reação questionável de Christie às prisões. Segundo o jornal, o diplomata britânico interpretou este evento como uma afronta à sua nação, e, mais uma vez, solicitou ao Ministro a exigência de uma satisfação. Em frente a isso, o jornal teceu críticas à postura de Christie, enfatizando que “temos códigos muito sábios que punem o criminoso com toda a igualdade”, e declara:

“O Brasil é um pigmeu em relação á Grã-Bretanha; mas é um pigmeu que tem consciencia de seu direito, e que antes de submeter-se á pirataria terá bastante dignidade para em face do mundo lavar um protesto com sangue brasileiro. Quando se tratar disso todos os brasileiros estarão de accordo.”

Dessa forma, fica evidente o prestígio pela soberania brasileira, em detrimento da submissão à Inglaterra. Similarmente, a publicação de 5 de janeiro de 1863, do mesmo jornal, inicia-se com um texto repleto de patriotismo, exaltando o povo e governo brasileiros, e ao mesmo tempo repleto de desprezo pela nação inglesa, o que demonstra o uso do contraste entre os defeitos estrangeiros e qualidades nacionais como forma de exaltar a nação. Dessa forma, o jornal afirma:

“Nenhum povo em iguaes circunstancias ostentaria tanto entusiasmo, tanto patriotismo. Temos de que orgulhar-nos. O governo que attenda bem para o que se passa. Não lhe faltará o apoio nacional se quizer repellir as insolencias do estrangeiro. O povo ahi se levanta magestoso como um só homem para vingar a injuria recebida, ou para sepultar-se nas ruinas da patria. Começou hoje na cõrte a inscripção para os batalhões de voluntarios. Nas provincias o entusiasmo será igual ao da capital. As provincias do sul em menos de dous mezes poderão oferecer ao governo um exército de mais de 100.000 voluntários. O norte procederá com o heroismo que o distingue. A inglaterra não tem forças de desembarque para vencer-nos em terra. Seremos sempre senhores do nosso paiz.”

A partir deste fragmento também é possível perceber a propagação de discursos patrióticos como estratégia de preparação para uma possível guerra, tendo em vista que o sentimento de comunidade e de pertencimento entre uma população é crucial para que seja possível convencê-los de que vale a pena lutar por sua nação, em eventuais conflitos. Dessa forma, as publicações procuravam exaltar o povo brasileiro, por seu heroísmo e entusiasmo, ao mesmo tempo que os convenciam de que, caso necessário, batalhar por seu país seria a mais nobre opção.

Um outro exemplo de periódico que teve uma grande importância na criação de símbolos nacionais, e na propagação da imprensa como estímulo de críticas e debates políticos, foi a revista *Semana Ilustrada*. Criada em dezembro de 1860 pelos irmãos Fleiuss, Henrique e Carlos, em conjunto com o pintor Carlos Linde, por meio de um empreendimento do imperador chamado Imperial Instituto Artístico, era um periódico produzido em oito pequenas folhas, com um tom informal, preenchido por ironia, e caracterizado pelas ilustrações criativas e críticas (Cruz, 2014). Nas primeiras semanas de 1863, o *Semana Ilustrada* deu uma grande ênfase às polêmicas envolvendo a Inglaterra e seu controverso diplomata.

A publicação de 25 de janeiro, a edição 111, apresenta uma charge polêmica sobre Christie, na qual este é representado por

um marinheiro com corpo humano e cabeça de leão, que é um animal representativo da identidade britânica, com um pé na Europa e o outro no Brasil. Ao seu lado, são representados os índios, em proporções pequenas em relação ao gigante marinheiro, atirando flechas contra este. A evidente diferença de tamanho entre as representações do Brasil e Inglaterra é usada para enfatizar a disparidade de forças entre estas nações, e as flechas, além de representarem a nação brasileira por serem as armas dos índios, são usadas para simbolizar a coragem dos brasileiros em enfrentar um inimigo mais poderoso. Dessa forma, esta charge critica a ousadia da tentativa britânica de estender seu domínio em um território tão distante, do outro lado do Atlântico, que já era dominado por guerreiros valentes (Telles, 2010).

Figura 2 - Christie tentando tomar posse do Brasil e sendo ameaçado por indígenas.



Fonte: Fleiuss, Henrique. *Semana Illustrada*, Rio de Janeiro, 25 jan, 1863, ano 3, nº 1115.

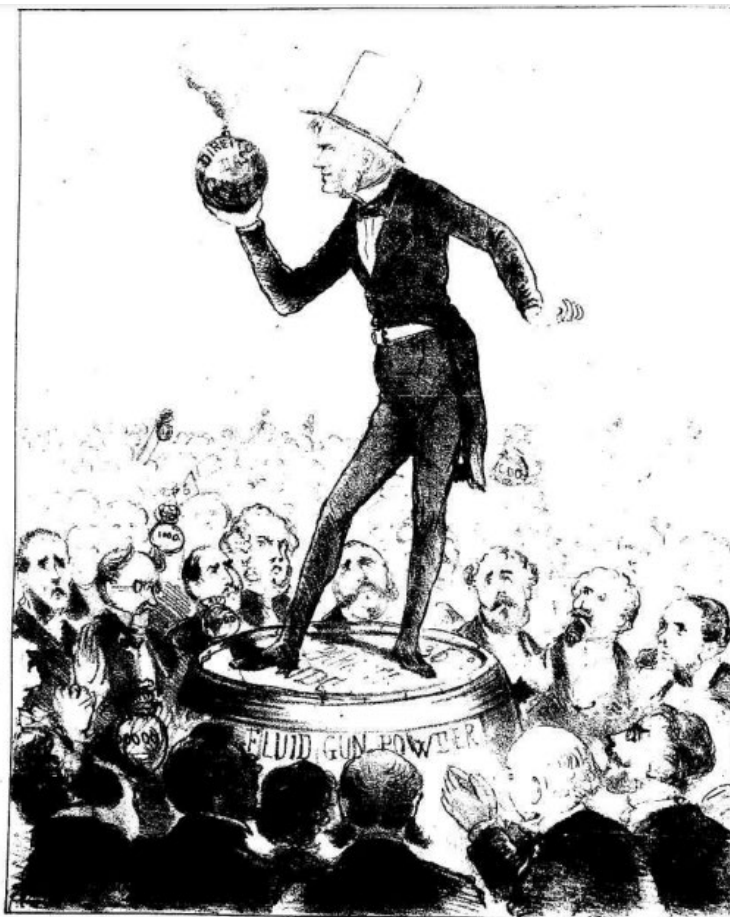
5. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702951&pagfis=887>>. Acesso em 04 de Junho de 2024.

Em outra publicação da *Semana*, de 18 de janeiro do mesmo ano, é lançada, sarcasticamente, a seguinte pergunta: “Quantas sumacas apresadas equivalem à dignidade ofendida de um oficial da marinha britânica? Não se sabe ao certo”. Esta clara crítica à controvérsia da apreensão dos cinco navios brasileiros mostra o caráter irônico e humorístico dos escritores, que, apesar de não se protegerem através do anonimato, não mediam esforços para apontar as falhas de Christie. Nessa mesma publicação há uma caricatura de Christie, feita por Fleiuss, na qual o diplomata está em cima de um barril de pólvora, segurando uma bomba acesa, na qual está escrito “Direito das Gentes”, rodeado por um grupo de pessoas, enquanto profere, de forma em que parece estar alcoolizado, o seguinte diálogo:

“– Christie audi nos...

– Si, yes, mim agora ouve povo brasileiro, porque vi ter razão e fala direito, e conhece que mim gosta mais de nota de banco que de nota diplomática. Se vossê [sic] fala sempre comiga assim, eu estar sempre sua amiga de vossê, porque mim não gosta de briga. Escuta: outro dia Jonatas manda mim plantar batata, e eu responde manda Jonatas plantar algodão: Jonatas fica furiosa e quer logo briga comiga: mas John Bull correr para Petropole, tomar fresca na sua cabeça. Quando pode ouvir tinir dinheiro, John Bull não faz tinir espada.”

Figura 3 - O embaixador sobre um barril de pólvora prestes a explodir.



— Christ! amé nos.....
— Si, yes, mim agora ogvo povo brasileiro, porque vê que ter razão e falla direita, e conhecer que mim gosta mais de nos: de
bancos que de nota diplomatie. Se vossê falla sempre comiga assim, eu estar sempre sua amigo de vossê, porque mim no gosta de
briga. **Escuta:** outra dia Jonathan mandar mim planta batatas, e eu responde manda Jonathan planta algodão; Jonathan ficar
furioso, e quer logo briga comiga; mas John Bull manda John Bull correr para Petropolis tomar fresca e sua cabeça. Quando pode ouve tinar di-
abaira, John Bull no faz tirar espada.

Fonte: Fleiuss, Henrique. Semana Illustrada, Rio de Janeiro, 18 jan. 1863, ano 3, nº 1106.

Em suma, é possível observar, através do posicionamento de certos meios de comunicação da época, a forma como a imprensa foi uma ferramenta importante na promoção de debates políticos

6. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bi-b=702951&pagfis=882>>. Acesso em 04 de Junho de 2024.

em espaços informais, como as praças e tavernas nas quais os jornais eram lidos em conjunto, e na conseqüente maior disseminação das notícias e decisões políticas. Dessa forma, pode-se afirmar que, tendo em vista que o Brasil passava por um processo de formação de uma identidade nacional, passar por conflitos diplomáticos com a maior potência do mundo foi importante para fortalecer o sentimento patriótico dentre a nação, a partir da ideia de um inimigo externo comum (Cruz, 2014).

5. CONCLUSÃO

Em conclusão, a análise do nacionalismo brasileiro sob a perspectiva da sociedade agro-letrada de Gellner e do papel da imprensa no contexto das tensões diplomáticas com a Inglaterra permite compreender as complexidades do processo de formação da identidade nacional brasileira e os reflexos que essa formação produz na questão Christie: o nacionalismo é observado como uma resposta para lidar com uma ameaça externa em um período onde o Império começa a sua derradeira caminhada ao fim.

Denota-se a falta de uma identidade coesa de “povo” e a forte presença da classe dominante, composta por senhores de terra e escravos, moldaram a busca pela independência, restrita aos interesses dessa elite, mas é inegável que a mídia possuiu um papel crucial de convencimento e galvanização das massas para consolidar apoio popular tanto à figura do Imperador quanto à idéia de nação brasileira. A Revolução Industrial, as mudanças na estrutura econômica brasileira e as relações com a Inglaterra influenciaram a evolução desse nacionalismo e tortuosas relações com os ingleses foram pautadas desde o início por esse interesse econômico que descambou no agravo que foi a questão Christie, denotando possivelmente a influência da memória histórica do processo de independência que acentua-se ao lidar com grandes potências européias durante o segundo reinado.

A imprensa desempenhou um papel fundamental na propagação de discursos com teor nacionalista durante a questão Christie, no estímulo de críticas e debates políticos. Os jornais, lidos coletivamente em praças e tavernas, desempenharam um papel de mobilização da opinião pública, exaltando a soberania brasileira, criticando a Inglaterra e contribuindo para a construção de um sentimento de unidade nacional. Através de charges, caricaturas e

textos irônicos, a imprensa questionou as ações diplomáticas britânicas e enfatizou unidade através da mobilização de sentimentos como a coragem e o heroísmo do povo brasileiro diante das ameaças externas, caracterizando-se no esquadro do nacionalismo virulento de Bieber.

6. REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

ATAS DO CONSELHO DE ESTADO PLENO. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ace/atas5-terceiro_conselho_de_estado_1857-1864.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024

IGLÉSIAS, F. [s.l: s.n.]. **Atas do Conselho de Estado Pleno: Terceiro Conselho de Estado (1865-1867)**. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS6-Terceiro_Conselho_de_Estado_1865-1867.pdf. Acesso em: 2 ago. 2023

FLEIUSS, Henrique. **Semana Ilustrada**. Rio de Janeiro: 25 de Janeiro de 1863. Ano 3, nº 110, p 882. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702951&pagfis=887>>. Acesso em 04 de Junho de 2024.

FLEIUSS, Henrique. **Semana Ilustrada**. Rio de Janeiro: 18 de Janeiro de 1863. Ano 3, nº 111, p 882. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702951&pagfis=882>>. Acesso em 04 de Junho de 2024.

REFERÊNCIAS DE IMAGENS

Fig. 1 - Blog Diário Imperial. Especial Dom Pedro II: Popularidade. Disponível em: <<http://odiarioimperial.blogspot.com/2016/12/especial-dom-pedro-ii-popularidade.html>>. Acesso em 4 de junho de 2024.

Fig. 2- Autoria de Henrique Fleiuss, *Semana Ilustrada*, Rio de Janeiro, 18 jan. 1863, ano 3, nº 110, p. 878.

Fig. 3- Autoria de Henrique Fleiuss, *Semana Ilustrada*, Rio de Janeiro, 25 jan. 1863, ano 3, nº 111, p. 882.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO NACIONAL. **Jornais e periódicos no século XIX**. Brasília: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/arquivo-nacional/pt-br/assuntos/jornal-e-periodicos-no-seculo-xix>>. Acesso em: 28 maio de 2024.

BALDAN, Augusto. **A política externa do Brasil Império e o território nacional**. p. 95-95. 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/168533/Monografia%20do%20Guilherme%20Augusto.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 12 ago. 2023

BARBOSA, P. H. B. **As Tarifas Alves Branco: entre o protecionismo e a preocupação fiscal. Em Tempo de Histórias**, n. 24, 30 ago. 2014. Acesso em: 11 ago. 2023

BIEBER, Florian. **Nações e Nacionalismos: uma história global do sentimento nacional, dos extremismos e dos conflitos**. São Paulo: Editora Contexto, 2023. Acesso em: 13 ago. 2023

CARVALHO, J. D. A. C. DO L. **O tráfico de escravos, a pressão inglesa e a Lei de 1831**. Revista HEERA, p. 95-114, 2012. Acesso em: 12 ago. 2023

CARVALHO, J. D. A. C. DO L. **“PARA BRITÂNICO LAMENTAR”? AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E INGLATERRA E A LEI DE 1831**. Revista Sociais e Humanas, v. 27, n. 3, p. 09-17, 2014. Acesso em: 12 ago. 2023

CEL, V. et al. **A QUESTÃO CHRISTIE -1861/1865**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<http://www.ahimtb.org.br/A%20QUEST%C3%83O%20CHRISTIE%201861-1865%20A.p df>>. Acesso em: 13 ago. 2023

CRUZ, Geison Siqueira Tavares da. **A Questão Christie e a anglofobia na imprensa fluminense**. 2014. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História)–Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2014. Disponível em: <http://rima.im.ufrjr.br:8080/jspui/handle/1235813/3290>. Acesso em 08 ago. 2023.

GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism**. Hoboken, NJ: Wiley-Blackwell, 2006.

GELLNER, Ernest. **O advento do Nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe**. Gopal Balakrishnan (org). Um mapa da questão nacional. 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

GRAHAM, Richard. **Os fundamentos da ruptura das relações diplomáticas entre Brasil e Grã Bretanha em 1863**. Revista da USP, 1973. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/121593/118496>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo Desde 1780**. São Paulo: Paz, 2012. Acesso em: 10 ago. 2023.

MENDONÇA, Renato. **Um Diplomata na Corte da Inglaterra**. Brasília. Senado Federal, 2006. Acesso em: 10 ago. 2023.

PAULA, Pedro Augusto Oliveira de. **Elementos do Desenvolvimento do Nacionalismo Brasileiro no Império**. Monografia apresentada ao Instituto de Ciência Política como exigência do curso de Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília. Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar Nascimento. Brasília, 2016.

RAJA GABAGLIA, R. **Tratados internacionais e políticas de potência: Império Brasileiro (1844-1889)**. 2012. Rio de Janeiro.p 14-16. Disponível em: <<https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/282/254>>. Acesso em: 13 ago. 2023

RÉ, H. A. **Um agente do Império brasileiro em Londres: William Henry Clark e o fim da política da escravidão saquarema**. Antíteses, [S. l.], v. 11, n. 22, p. 727-748, 2019. DOI: 10.5433/1984-3356.2018v11n22p727. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/34058>. Acesso em: 13 ago. 2023.

REIS, Diogo Alves. **Além do “para inglês ver”: as relações entre Brasil e Reino Unido (1861-1889)**. 2020. 188 f., il. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/40471>. Acesso em: 13 de ago. 2023.

ROCHA, Denise. **A Questão Christie(1861-1863) e o rompimento das relações diplomática entre o Brasil e a Grã-Bretanha: ECO NA IMPRENSA, NA PINTURA, NO TEATRO E NA NARRATIVA O DONATIVO DO CAPITÃO SILVESTRE(1893), DO PARAENSE INGLÊS DE SOUSA**. Cap 20. O Brasil dimensionado pela História. Editora Atena. 2019. Acesso em: 16 ago. 2023

SINÉSIO, D. **A Questão Christie e a atuação do secretário João Batista Calógeras. (1862-1865)**. 2013. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1698.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2023

SODRÉ, Nelson. **Raízes históricas do nacionalismo brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

TELLES, Angela. **Desenhando a nação**. Revistas ilustradas no Rio de Janeiro e Buenos Aires nas décadas de 1860-1870. Brasília: Funag, 2010

YOUSSEF, A. E. **Questão Christie em perspectiva global**. *Revista de História*, n. 177, p. 01-26, 4 dez. 2018. Acesso em: 16 ago. 2023